



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5917 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 20 - Sociologia da Educação

O Conselho de Classe como instrumento de avaliação do trabalho escolar e efetivação da gestão democrática – uma análise do processo de construção de identidade institucional
Cristina Cardoso - UFPR - Universidade Federal do Paraná

O Conselho de Classe como instrumento de avaliação do trabalho escolar e efetivação da gestão democrática – uma análise do processo de construção de identidade institucional

O objetivo deste artigo é analisar o papel das experiências de trabalho colegiado no processo de construção da identidade institucional da organização escolar. A identidade de uma instituição é construída social e historicamente, pelos atravessamentos das relações entre os atores sociais que a constituem. A partir da concepção de construção de identidades elaborada por Castells (2002), apresenta-se a análise de um estudo de caso de uma escola pública em relação aos processos de organização, realização e autoavaliação do conselho de classe como instrumento eleito pela instituição para efetivação da gestão democrática.

Para Castells (2002), a construção de identidades se realiza sempre em um contexto de relações de poder, de disputas, produção de simbolismos e representações. Essa perspectiva contribui para o estudo em tela na medida em que o cotidiano escolar é perpassado por relações de poder assimétricas entre equipe diretiva, docentes, demais servidores da escola, famílias e estudantes.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (CASTELLS, 2002, p. 23-24).

Assim, considera-se que o conteúdo simbólico da identidade de uma organização social como a escola pode ser reconhecido nas formas como a instituição se organiza, nos espaços e tempos que ocupa, nas relações de poder que se estabelecem, nos sentidos de identificação que incluem ou excluem os indivíduos. Os conselhos de classe, como espaços de reunião coletiva, discussão e decisão sobre os percursos dos estudantes e sobre o próprio

trabalho educativo realizado podem se configurar como espaços privilegiados para a análise das identidades das escolas.

Segundo Mattos, o conselho de classe pode ser “um locus de observação importante para pesquisadores interessados em desvelar o complexo fenômeno do fracasso escolar” (MATTOS, 2005, p. 218) e também pode se mostrar um espaço interessante para outras análises que busquem compreender os sentidos e significados construídos pelos atores da prática escolar, a produção de representações e estigmas (FORTE et al, 2018).

Instância colegiada da escola, o conselho de classe está previsto nos regimentos internos, em seus projetos pedagógicos e tradicionalmente reúne professores, diretores e pedagogos e/ou coordenadores para discutirem o rendimento dos alunos, onde se toma decisão sobre a organização do trabalho pedagógico, incluindo as decisões sobre aprovação ou não dos estudantes.

Segundo Rocha (1989, p.19), o conselho de classe tem origem nas escolas experimentais na França desde 1945. No Brasil, a primeira experiência de conselho de classe no Brasil realizou-se na escola de aplicação do Rio de Janeiro, aproximadamente em 1959, sendo incorporado mais amplamente no Brasil nos anos 1970.

Desde então, o conselho de classe passa por mudanças de concepção e de estrutura, principalmente na medida em que avançam as pesquisas tanto sobre avaliação (Luckesi, 1996; Hoffmann, 1993; 1998; 1999; e Sacristán e Gómez, 1998) como sobre gestão democrática escolar (Passos, 1995 e Paro, 2007), as quais tiveram grande importância na construção de referenciais para as práticas escolares.

Estudos recentes indicam a existência de uma multiplicidade de experiências possíveis em relação aos conselhos de classe. Os resultados da pesquisa de Mattos (2005, p. 226) apontam que os conselhos de classe têm um papel relevante na reprodução das desigualdades sociais e produção do fracasso escolar, indicando “uma vulnerabilidade da escola quanto ao modo de funcionamento dos Conselhos de Classe como um dos principais componentes do processo de avaliação do aluno”. Forte *et al* concluem, numa perspectiva mais dialética, que

(...) a percepção da existência de dois estilos de pensamento entre os docentes, o cordial e o humanista, contribuiu para a identificação do paradoxo que, de um lado, mostra a escola como uma instituição capaz de desenvolver um processo educacional inclusivo para a cidadania tutelada pelo Estado e para a esfera do consumo, haja vista a possibilidade de mobilidade social; e, de outro, revela a escola como uma armadilha que, por meio de julgamentos com base em marcadores sociais de classe, reserva aos seus alunos uma forma de exclusão social. (FORTE *et al*, 2018, p. 16)

Se, por um lado, esses estudos indicam que há grande diversidade nas experiências vividas pelas escolas e captadas pelas pesquisas; por outro, apontam que as escolas não são espaços apenas de reprodução das desigualdades e dos estigmas, bem como não são espaços de simples e imediata superação dos problemas sociais e educacionais. Assim, inclusão e exclusão ocupam dimensões complementares das dinâmicas escolares.

Pesquisas sobre os conselhos de classes indicam que seus espaços seguem, em sua maioria, restritos às discussões entre os pares. Algumas experiências com a participação dos alunos, sejam eles representantes de turma ou não, são conhecidas e incentivadas tanto de forma indireta, via formulários preenchidos e levados à reunião de conselho, como de forma

direta, com a presença do próprio estudante representante. Ainda que os conselhos de classe apresentem alguns avanços na medida em que avançam as pesquisas e debates sobre os assuntos supra mencionados, muitas estratégias excludentes permanecem presentes na cultura escolar.

Outro tipo de iniciativa relativa ao conselho de classe descrita por Poleze (2016) são os pré-conselhos de classe, o conselho e pós-conselhos. No primeiro, levantam-se os limites e possibilidades do trabalho desenvolvido ao longo do bimestre ou trimestre, em sala com alunos e coordenador(a) pedagógico(a) e ou o professor representante com os alunos e em reuniões individuais ou por área com os professores. No segundo momento, o conselho de classe propriamente dito, de posse dos dados coletados no pré-conselho a discussão entre professores, coordenadores, diretores se direciona para reestruturar o trabalho escolar e os casos dos alunos que necessitam de maior atenção. Na terceira e última etapa desta modalidade de conselho é realizada a devolutiva aos alunos das decisões tomadas e ações que dela são derivadas. Em algumas escolas este repasse é feito também para os outros trabalhadores da escola, principalmente quando estes são profissionais de carreira e não terceirizados.

Embora esta organização de conselho de classe represente um avanço em relação à concepção histórica desta etapa da organização do trabalho pedagógico, ainda assim não representa um modelo cujo trabalho coletivo seja preponderante. Afinal as famílias e os funcionários da escola ficam fora das decisões, e os estudantes participam de forma indireta.

Nesta direção, se coloca a problemática sobre a qual o presente escrito pretende refletir. Sendo o conselho de classe uma instância colegiada, que em tese deveria discutir as medidas que a escola deveria tomar no sentido de reorganizar o trabalho pedagógico, em que medida o conselho de classe pode se constituir em um momento de participação coletiva com a presença de famílias, professoras, estudantes e funcionários, de modo a contribuir para a construção da identidade da escola?

Esta pesquisa, de cunho etnográfico, foi construída ao longo de 5 anos por meio de estratégias de observação das práticas do conselho de classe e de hora atividade em uma escola pública que atende do primeiro ao sexto ano do ensino fundamental e realização de entrevistas com profissionais da instituição que ocuparam cargos de direção e coordenação pedagógica. Localizada em uma área de vulnerabilidade social da região metropolitana de Curitiba-PR, a escola pesquisada constituía-se de 12 turmas das séries iniciais.

A escola analisada modificou o formato de realização do conselho de classe ao longo do período de realização da pesquisa. O formato tradicional foi substituído por um formato considerado mais coletivo pela instituição, realizado com a participação das famílias, professores, estudantes, funcionários, e um representante da equipe gestora. Verificou-se que algumas turmas realizavam o conselho ao mesmo tempo, o que impossibilitou o acompanhamento de reuniões simultâneas.

Para as pessoas que ocupavam cargos diretivos da escola, essa experiência de conselho de classe participativo estava sendo construída a partir da perspectiva de Dalben, para quem

(...) o Conselho de Classe teria como papel fundamental dinamizar o processo de avaliação, por intermédio da riqueza das análises múltiplas de seus participantes, e estruturar os trabalhos pedagógicos segundo essas análises coletivas, permitindo-se um fazer coletivo (DALBEN, 1996, p. 112).

Considera-se que a instituição tinha condições que se mostraram favoráveis à realização da experiência de ampliação da participação dos segmentos da comunidade escolar nos conselhos de classe, tais como a existência de um dia de trabalho na semana destinado à hora atividade dos professores. Este período era utilizado regularmente para o acompanhamento individual da aprendizagem de cada estudante, com encontros entre professoras e pedagogas. No dia do conselho de classe bimestral, cada turma reunia as famílias, os trabalhadores da escola, os estudantes, as professoras da turma, a direção e as pedagogas. A sala era organizada com os trabalhos dos alunos, feitos ao longo do bimestre. As famílias sentavam-se ao lado dos estudantes em círculo e o debate se iniciava com uma apresentação das crianças sobre um conteúdo curricular trabalhado. No quadro de giz, anotado pelas professoras, constavam os conteúdos que foram trabalhados ao longo do bimestre, que haviam sido entregues às famílias por meio de bilhetes antes mesmo do início do bimestre. Então, a discussão se dava a partir das seguintes questões norteadoras: O que aprenderam? O que não aprenderam? Por que não aprenderam? O que podemos fazer para que todos aprendam?

Esta descrição das observações realizadas em campo indica que as ações desenvolvidas nessa escola eram planejadas com grande detalhamento e coordenadas para garantir certo grau de uniformidade. Assim, as reuniões de conselho de classe seguiam um protocolo que dependia das atividades anteriores, da aceitação das professoras e demais servidores em relação aos procedimentos, da disponibilidade das famílias para participação nos dias de reunião, de espaços adequados para abrigar o conjunto dos participantes.

A diretora à época, em entrevista, relata que percebia que, na medida em que as famílias compreendiam que realmente participavam, sentiam-se valorizadas, percebiam a importância do seu papel na escola e na vida escolar dos filhos. Na sua percepção,

Foi muito legal ver aos poucos, ver as resistências sendo vencidas tanto dos professores como dos pais. Os pais ficavam muito surpresos com seus filhos e bastante orgulhosos. Ao longo dos anos aprendemos que as datas devem ser divulgadas com antecedência para que os pais ou responsáveis possam se organizar. No mínimo com 15 dias de antecedência. (Diretora da escola)

Ao longo da entrevista, a diretora explicitou cada um dos itens que ela considerava terem melhorado na aprendizagem da equipe ao longo dos anos, com esta forma de conselho de classe com. Entre muitos pontos considerados pela diretora, ela relatou que tanto ela como a equipe da escola tinham muita preocupação com as crianças cujas famílias não podiam estar presentes, embora a frequência mínima após os primeiros anos de implantação tenha chegado a, no mínimo, 77% das famílias. A diretora indicou que nenhuma criança poderia ficar sozinha durante as reuniões. Por isso quem acompanhava a criança quando seus pais ou mães não podiam comparecer eram as servidoras da escola, todas concursadas, lotadas na escola, a maioria moradora do bairro, o que promovia um vínculo com os estudantes e suas famílias.

A diretora lamenta, no decorrer da entrevista, o processo de terceirização das responsáveis pela limpeza e alimentação, pois, além do processo de precarização do trabalho, houve também uma quebra no estabelecimento de vínculos mais duradouros entre as funcionárias contratadas por empresas e a comunidade escolar.

Depois da terceirização das funcionárias no município, este vínculo se

perdeu e tivemos que insistir ainda mais para que alguém da família, vizinhos, amigos ou parentes viessem no conselho. A falta de funcionários com vínculo com a escola e com a comunidade trouxe muitas perdas para nossa organização (Diretora da escola).

Ao longo das reuniões de conselho de classe acompanhadas pela pesquisadora, os participantes apontavam para necessidade de melhorias de elementos como faltas e atrasos de professores, necessidade de diversificar materiais, desorganização da escola em atender às famílias; enfim, diversos itens que iam desde a postura da direção e das pedagogas até a limpeza e o lanche da escola.

Verificou-se que os temas levantados durante as reuniões se relacionavam, na maior parte das vezes, a questões cotidianas do funcionamento escolar, o que permite intuir que as famílias, pelo menos em parte, acompanhavam a vida escolar dos estudantes e conheciam as dinâmicas escolares. Grande parte das questões não estava relacionada diretamente ao trabalho pedagógico, mas a questões gerais de organização da instituição. Tais reivindicações eram recebidas pela instituição, anotadas pelas professoras e equipe de direção para discussão posterior.

O acompanhamento das atividades da escola por longo tempo permitiu observar que os problemas apontados pelos participantes nem sempre foram resolvidos e muitas vezes sua solução estava além das possibilidades da escola, pois dependiam de ações da mantenedora ou do sistema de ensino. De toda forma, os questionamentos eram tabulados e discutidos pela equipe diretiva em conjunto com professoras e demais funcionários da escola, já que, após a realização do conselho, a escola tinha uma pauta de ações para o bimestre que era reproduzida e afixada na sala do café para que todos pudessem ter acesso àquele documento, que passava a ser definidor do plano ao ser executado ao longo do bimestre.

Em entrevista, diretoras e pedagogas afirmaram que muitas das ações desenvolvidas na escola eram inspiradas na auto organização dos alunos realizada por Makarenko no seu trabalho na Colônia Gorki e descrito por Ledemann (2002). Outra inspiração indicada pela escola está em Paro (2007) sobre a participação das famílias, além de outros autores listados pelas entrevistadas.

A proposição dessa forma de realização do conselho de classe estava pautada em representações de participação democrática construídas pelas pessoas que ocupavam a função de dirigentes da escola. As diretoras e pedagogas assumiam um posicionamento teórico e político que se traduzia na condução das reuniões do conselho de classe e de outras atividades da escola. Como mostra o relato da diretora, a implementação desses procedimentos não se realizou sem resistências, indicando a presença de conflitos e disputas nem sempre explícitas durante as observações.

Relata a pedagoga da escola não ser apenas o conselho de classe que nesta escola era pensado e realizado em uma perspectiva democrática. A concepção de educação, visão de mundo, de escola, de que alunos queriam se formar foi construída ao longo dos anos, com muita formação continuada, discussões e estudos. A pedagoga ressalta que todos os professores eram concursados e lotados nesta escola com poucas variações ao longo dos anos. Leituras de textos sobre assuntos políticos e pedagógicos eram realizadas todas as semanas, exceto aquelas em que a secretaria de educação oferecia cursos nas horas atividades.

Segundo uma das pedagogas que atuava na escola, em entrevista

Não adianta chegar em uma escola de uma hora para outra e dizer vai ter conselho participativo. Isto é uma construção, é necessário chamar os pais à participação. Eles aprendem a participação participando e isto não se dá sem tensões, brigas, tanto com aqueles que trabalham na escola como com os pais. É muito importante trazer para perto da escola aqueles pais que discordam dos encaminhamentos da escola. (Pedagoga da escola).

Os relatos indicam uma ação intencional de formação e realização de um projeto idealizado pelo grupo dirigente da instituição, legitimado pelo conjunto da comunidade escolar, ou uma parte dele. As disputas e tensões que se construíram nesse processo foram captadas mais fortemente nas entrevistas do que nas observações realizadas. De toda forma, é importante ressaltar que as relações de poder assimétricas produzem dissensos mesmo quando a intenção dos atores sociais é a construção de relações mais horizontalizadas, uma vez que os indivíduos ocupam espaços de poder diferentes não apenas pela função que exercem ou pelo tipo de contrato de trabalho, mas também pelo uso da linguagem, pela manifestação corporal, pelos afetos e outras formas de expressão.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de escola. Identidade institucional. Educação.

Referências

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura Vol. 1 - O Poder da Identidade. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

DALBEN, Ângela Imaculada L. F. Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DALBEN, Ângela Imaculada L. F. Trabalho escolar e conselho de classe. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

HOFFMANN, J. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1995.

_____. Avaliar para Promover: as setas do caminho. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. Avaliar para Promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Luckesi, C. C. Paulo: Cortez, 2005. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico – 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. Anton Makarenko: vida e obra – a Pedagogia na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

PARO V. H. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.

POLEZE, C. M. CONSELHO DE CLASSE: UM ESPAÇO DE REFLEXÃO E AÇÃO. 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/53099/R%20%E2%20CARMELIA%20M>

sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 29 de abril de 2020.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. Conselho de Classe: burocratização ou participação. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986.

SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Péres A.I. Compreender e transformar o ensino. 4º ed. São Paulo: Artmed, 1998. p. 271-293.

VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FORTE, Joannes Paulus Silva *et al* . Reproduzir ou transformar? Análise sobre o papel do professor na manutenção/desconstrução de estigmas na escola. Edc. Pesqui. São Paulo, vol.44,el173362,2018.Availablefrom:http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1517-97022018000100468&Ing=en&nrm=iso. accessed on 04 June 2020. Epub Aug 13,2018.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. Educ. Pesqui. São Paulo, v.31, n.2, p.215-228. Aug.2005. Disponível em:http://www.scielo.br/sielo.php?script=sci_arttex&pid=S1517970220050005&Ing=en&nrm=isso. Acesso 4 de junho de 2020.